

04/04/2013

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 28.168 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: ANTÔNIO LOUREIRO FEITOSA
ADV.(A/S)	: FABIANO FREIRE FEITOSA
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECRETO EXPROPRIATÓRIO – MANDADO DE SEGURANÇA – ADEQUAÇÃO. O decreto desapropriatório, ante o fato de mostrar-se peça indispensável à formalização de ação judicial, desafia o mandado de segurança.

MANDADO DE SEGURANÇA – PROVA. O mandado de segurança possui tramitação especial, sendo imprópria a fase probatória.

DESAPROPRIAÇÃO – SANÇÃO – ARTIGO 185 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Consoante dispõe o artigo 185 da Carta da República, a pequena e a média propriedades somente são insuscetíveis de desapropriação se o titular não detiver outro bem de mesma natureza.

DOMÍNIO – TRANSFERÊNCIA. A transferência do domínio requer formalidade essencial, ou seja, a transcrição na matrícula do imóvel constante do cartório de registro público – precedentes.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em desprover o mandado de segurança, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

MS 28168 / DF

Brasília, 4 de abril de 2013.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

04/04/2013**PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 28.168 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: ANTÔNIO LOUREIRO FEITOSA
ADV.(A/S)	: FABIANO FREIRE FEITOSA
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O impetrante busca anular o Decreto, de 6 de abril de 2009, publicado em 7 seguinte (folhas 272 e 273), mediante o qual o Presidente da República declarou de interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural denominado Pageú, Arrasto do Aragão, Alto da Casina e Boa Vista – parte, situado no Município de Porto da Folha/SE, objeto das Matrículas nº 425, folha 425, Livro 2-A, nº 424, folha 424, Livro 2, da Transcrição nº 263, folha 39v/40, Livro 3-A, e do Registro nº R-2-953, folha 953, Livro 2-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto da Folha, Estado de Sergipe. Alega a nulidade do ato atacado ante a erronia no levantamento do imóvel no âmbito de processo administrativo formalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (folha 27). Afirma que, apesar de a denominada Fazenda Pageú ser originariamente composta por glebas contíguas, mas de escriturações distintas – Fazendas Pageú, Arrasto do Aragão, Alto da Casina e Boa Vista (folha 91 a 102) –, o Incra (folhas 99 e 100) e o perito do laudo agrônômico (folha 278 a 318) levaram em consideração as terras como gleba única – com área medida de 395,5900 hectares e área visada de 338,3814 hectares –, classificando-a como média propriedade rural improdutiva, tendo em conta os índices de 73,53% do Grau de Utilização da Terra – GUT e 123,25% do Grau de Eficiência na Exploração – GEE e a configuração em 4,8340 módulos

MS 28168 / DF

fiscais – considerado o divisor 70 aplicável ao Município (folha 286 a 289).

Assevera ter informado, no processo administrativo, não mais deter o domínio das terras relativas às Fazendas Arrasto do Aragão, Alto da Casina e Boa Vista, as quais pertenceriam a posseiros (folha 114 a 121) – embora as propriedades estejam registradas no próprio nome –, fato este apontado como irrelevante pela Procuradoria do Incra (folha 126 a 128). Aduz ser proprietário e responsável somente pela Fazenda Pageú, de 800 tarefas (folha 37), cuja unidade corresponde a 3.025 m². O cálculo resultaria em 3,46 módulos fiscais, ou seja, pequena propriedade rural, presentes a área de 242 hectares e o aludido divisor de módulo do Município – 70 hectares.

Sustenta ofensa ao artigo 183 da Constituição Federal, porquanto o ato impugnado incidiria sobre pequeno imóvel rural, não sujeito a expropriação.

Sob o ângulo do risco, alega a iminência de ocorrer o mencionado fenômeno. Requereu o implemento de medida acauteladora para suspender os efeitos do ato atacado, sob pena de aplicação de multa diária no valor R\$ 50.000,00.

No mérito, busca a concessão da segurança, com anulação do Decreto formalizado pelo Presidente e, sucessivamente, do Processo Administrativo Incra nº 54370.00139/2005-97, vindo-se a elaborar novo laudo, levando-se em conta o reconhecimento dos domínios considerados os atuais posseiros das Fazendas Arrasto do Aragão, Alto da Casina e Boa Vista.

Acompanharam a inicial os documentos de folha 25 a 324.

À folha 327 à 330, indeferi o pedido de concessão de liminar.

Na contestação de folha 338 a 352, a União argui, em preliminar, a falta de interesse de agir. Segundo aduz, o Decreto no qual declarado o interesse social da propriedade para fins de reforma agrária constitui mera condição de procedibilidade da ação de desapropriação. Dada a natureza eminentemente declaratória, conforme defende, o ato impugnado não produz efeitos concretos nem implica lesão, por si só, à esfera jurídica do impetrante. No ponto, evoca como precedente o

MS 28168 / DF

Mandado de Segurança nº 25.534, da relatoria do ministro Eros Grau. Diz da inadequação da via eleita, pois a comprovação das alegações veiculadas na inicial demandaria a produção de provas. Conforme anota, o impetrante não demonstrou que, se as regiões sob a ocupação dos posseiros fossem excluídas do cálculo apresentado pelo Incra, a propriedade remanescente passaria de improdutiva a produtiva. Cita a decisão monocrática prolatada pelo ministro Cezar Peluso no Mandado de Segurança nº 23.131.

Quanto ao mérito, sustenta a necessidade de registro do título translativo de domínio para a transferência da propriedade de bens imóveis, consoante previsto no artigo 108 do Código Civil. Destaca não ser possível afirmar, então, estar parte do imóvel sob o domínio de terceiros, mas tão somente sob eventual exploração. Em abono à tese, alude ao Mandado de Segurança nº 24.657, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence.

Assevera que todos os imóveis, além de serem contíguos, encontram-se registrados em nome do impetrante, do que resulta a constituição de um único imóvel rural, para os fins do artigo 4º da Lei nº 8.629, de 1993. Segundo ressalta, nos termos do artigo 185, inciso I, da Carta da República, a pequena e a média propriedade não são passíveis de desapropriação somente quando o proprietário não detém o domínio de outro imóvel rural. Salieta que o impetrante também é proprietário da Fazenda Bom Jardim, registrada no cartório de Porto da Folha – SE, conforme revela a peça de folha 92 a 94.

A Presidência da República, à folha 372 à 380, apresenta argumentos similares aos expostos na contestação da União.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 383 a 388, alega não ter o impetrante trazido documentos hábeis a comprovar a transferência dos imóveis alcançados pelo ato atacado. No mais, preconiza a necessidade de dilação probatória para determinar a produtividade e a unicidade do imóvel rural em questão bem como a modificação do regime de exploração da terra. Conclui pelo indeferimento da segurança.

MS 28168 / DF

É o relatório.

04/04/2013

PLENÁRIO

MANDADO DE SEGURANÇA 28.168 DISTRITO FEDERAL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Insubsistente é a alegação de ausência de interesse de agir. Embora decreto mediante o qual determinado imóvel é declarado de interesse social para fins de reforma agrária não implique a perda do domínio, torna iminente a formalização de ação judicial pela União, desta podendo decorrer, até mesmo, a imissão provisória na posse da propriedade rural. O inciso XXXVI do artigo 5º da Carta da República assegura a todos o acesso ao Poder Judiciário para afastar lesão ou ameaça a direito, sendo certo que eventual vício resultante de ato administrativo praticado durante a primeira fase do procedimento expropriatório mostra-se, em tese, impugnável mediante mandado de segurança.

Quanto ao mérito, não assiste razão ao impetrante. Ao indeferir a medida acauteladora, consignei:

[...] não há relevância a ditar a atuação precária e efêmera do relator, como porta-voz do Colegiado, a ponto de afastar do cenário jurídico o decreto impugnado. O impetrante admite que as diversas fazendas - o total da área objeto do processo administrativo de desapropriação - estão no respectivo nome. Em síntese, é ele, ante o registro no cartório de imóveis, o proprietário.

Como deixam antever os fundamentos lançados, os argumentos da inicial não estão amparados em provas documentais aptas a revelar o direito líquido e certo necessário ao acolhimento do pleito. A impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança inviabiliza a apreciação de questões relativas à produtividade do imóvel rural. Para exemplificar, menciono o julgamento do Mandado de Segurança nº 24.518, da relatoria do ministro Carlos Velloso, pelo Pleno,

MS 28168 / DF

sintetizado nesta ementa:

CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. I. - A questão relativa à produtividade, ou não, do imóvel rural objeto da desapropriação apresenta-se controvertida, a exigir dilação probatória, o que não se admite em sede de mandado de segurança, dado que o direito líquido e certo tem como pressuposto fatos incontroversos apoiados em prova prévia constituída. II. - M.S. indeferido.

No mais, consoante se depreende da prova documental acostada ao processo, o impetrante possui outro imóvel rural, além dos que são alvo de desapropriação, todos registrados no respectivo nome. Conforme o artigo 185 da Carta da República, a pequena e a média propriedades somente são insuscetíveis de desapropriação se o titular não detiver outro bem de mesma natureza.

Por fim, o entendimento do Supremo é pacífico no sentido da essencialidade da transcrição, no cartório de registro público, do negócio jurídico translativo do domínio do bem, publicidade essencial, sob o ângulo da forma, a fim de excluí-lo do alcance do decreto presidencial. Precedentes do Pleno: Mandados de Segurança nº 24.657, relator ministro Sepúlveda Pertence, e nº 23.645, relator ministro Carlos Velloso.

Ante o quadro, indefiro a segurança.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.168

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S) : ANTÔNIO LOUREIRO FEITOSA

ADV.(A/S) : FABIANO FREIRE FEITOSA

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, indeferiu o mandado de segurança. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, e, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Teori Zavascki. Plenário, 04.04.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

p/ Carlos Alberto Cantanhede
Secretário